



TI Controle

Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle

Ata de Reunião

Local: Conselho Nacional de Justiça, Sala 17 do Bloco D, SEPN 514 Lote 9 (Asa Norte).

Data/hora: 22 de março de 2019, das 9h às 12h

Pauta

Horário	Assunto	Responsável
9h – 9h30	Boas-vindas	CNJ
9h30 – 10h	a. Arcabouço do Portal de Governança Digital do CNJ; b. Diretrizes para a melhoria da res. 182 sob a ótica da desburocratização do processo de contratações; c. Proposta de reestruturação do DTI CNJ, destacando a criação da Coordenadoria de Inovação e Prospecção Tecnológica.	CNJ
10h – 10h30	a. Inovação – como os Departamentos de TI estão contratando? b. Ações para desburocratizar as contratações TIC; c. Interoperabilidade.	CNJ
10h30 – 11h	Deliberação sobre o comitê de coordenação da TI Controle para o ano de 2019	TST
11h – 11h30	Acórdão TCU 2569/2018 – Grandes Fornecedores	TRF1
11h30 – 12h	Proposta de atualização das Resoluções CNJ relacionadas à governança e gestão. Vide Proposta Resolução 24, em anexo.	TRF1

Assuntos debatidos

1. Novo organograma do CNJ com suporte à inovação e Portal de Governança Digital

Luiz Antônio Garcia, Diretor de TIC do CNJ, apresentou o novo organograma da área de TIC do órgão, com destaque para a área de inovação inspirada em práticas, por exemplo, do Google, bem como a atuação em pesquisa realizada em parceria com o Tribunal de Rondônia. A nova estrutura visa implementar uma abordagem matricial, com resultados positivos já aferidos até o momento.

Sob perspectiva da inovação, foram também debatidos aspectos críticos de sucesso que os participantes da reunião entendiam como fundamentais para iniciativas similares, destacando-se o patrocínio da alta administração, o foco no resultado e a parceria com universidades ou institutos de pesquisa.

Complementarmente, discutiu-se a forma de se estruturar a inovação em órgãos públicos, bem como o estabelecimento de um ambiente que estimule tal inovação em âmbito organizacional.

Luiz Antônio (CNJ) destacou ainda que o PJe, agora baseado em microsserviços, estimula a inovação através da implementação de uma espécie de “app store”, similar ao que existe para o Android, iOS, dentre outros sistemas.

Na sequência, o **CNJ** apresentou o **Portal da Governança Digital do Poder Judiciário**, plataforma de colaboração para estimular o compartilhamento de ideias, documentos, iniciativas, etc.

2. Desburocratização das contratações

O **CNJ** tem realizando encontros com a Administração do órgão, com as áreas de controle interno, de TIC e de contratos para otimizar e desburocratizar o processo de contratação. Tal abordagem poderá ensejar aperfeiçoamentos na nova versão da Resolução CNJ 182, já minutada em gestões anteriores.

Destacou-se que muitas das dificuldades relacionadas ao tema decorrem das diferentes interpretações das normas pelas áreas de controle interno e externo, bem como pelas áreas jurídica e técnica. Desse modo, o **CNJ** tem em vista a elaboração de um referencial normativo ou manual baseado na Resolução 182 e suas versões vindouras.

Também se ressaltou que a desburocratização pode ser inspirada no conceito da “burocracia mínima viável”.

Rodrigo Felisdório (TCU) mencionou a concepção de um modelo de contratações próprio para a inovação que trataria questões como as ocorrências de falhas, esperadas em processos que promovam a própria inovação.

3. Comitê de Coordenação da TIControle para 2019

Após sugestões iniciais, os participantes deliberaram por indicar o Conselho Nacional de Justiça, com apoio do Tribunal de Contratos da União, para o Comitê de Coordenação da TIControle do corrente ano.

4. Acórdão TCU 2569/2018 – Grandes Fornecedores

Lúcio Melre (TRF1) questionou os participantes quanto a eventual impacto do referido Acórdão em seus respectivos órgãos, ocasião em que informaram desconhecer qualquer consequência até o momento.

5. Resolução CNJ nº 24 – atualizações das resoluções nºs 182/2013 e 211/2015

Lúcio Melre (TRF1) abordou sobre a situação em que se encontra a nova Resolução nº 24, já minutada pelo CNJ em conjunto com o Comitê Estratégico de TIC do Poder Judiciário.

O **CNJ** informou sobre a preocupação em publicá-la, apontando a necessidade de revisá-la em virtude do prazo da Estratégia Nacional de TIC, que se encerra em 2020.

6. Outros assuntos

Rodrigo Felisdório (TCU) propôs convidar a Imprensa Nacional para apresentar seus novos serviços relacionados ao Diário da Justiça à TIControl, sugestão acatada por unanimidade.

Participantes

Órgão	Nome
CNJ	Luiz Antônio Garcia
CNJ	Sidney Martins Arruda
CNJ	Flávio Feitosa Costa
TST	Tiago da Costa Peixoto
Senado	Pedro Eneas G. C. Mascarenhas
BACEN	Cláudio R. G. Sant'Ana
TCU	Rodrigo Felisdório
TRF1	Lúcio Melre da Silva